FACULDADE DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Prof. Doutor Rui Lanceiro; Prof. Doutora Ana Rita Gil;

Prof. Doutora Heloísa Oliveira; Dr. Miguel Arnaud de Oliveira;

Dra. Inês Pedreiro Gomes; Mestre João Tornada

2.º Ano – Turma B

Ano lectivo: 2021/2022 (2.º Semestre)

Exame escrito: 7 de Junho de 2022

Tópicos de correcção

I

1. Por exemplo:
 - Rejeição do texto da Constituição Europeia
 - Crise do Euro
 - Crise dos Refugiados
 - Brexit
2. Na óptica do positivismo jurídico, não (v. artigo 48.º, n.º 2, TUE; v. justificação Lições, p. 296). De uma perspectiva axiomática e sistémica, salientar a intangibilidade dos pressupostos do Estado de direito (v. artigo 2.º TUE)
3. Pode, ao abrigo do artigo 263.º, § 4.º, TFUE, tendo de provar que o acto regulamentar do Conselho em causa o afecta directamente. Por outro lado, por se tratar de um acto adoptado no quadro da PESC, o TJUE carece de jurisdição, salvo nos termos do artigo 275.º TFUE (recorrente teria de invocar a condição de afectado pelas medidas restritivas, o que não seria o caso). Eventual recurso seria para o Tribunal Geral (v. artigo 256.º, n.º 1, TFUE).
4. Exemplos:
 - Artigo 48.º TUE
 - Artigo 49.º TUE
 - Artigo 50.º TUE

- Artigo 31.º, n.º 1, TUE
 - Artigo 276.º TFUE
5. Pode, mas não deveria. Artigo 342.º TFUE só se aplica ao regime linguístico das instituições da União, identificadas no artigo 13.º TUE. A unanimidade garante a estrita igualdade e paridade linguística. No entanto, outras disposições dos Tratados e da CDFUE, aplicáveis ao regime linguístico de organismos da União, estabelecem um compromisso da União com o princípio da diversidade cultural (v. artigo 165.º, n.º 1, TFUE; artigo 22.º CDFUE) e com o princípio da igualdade entre os Estados-membros, incluindo o respeito pela identidade nacional e a sua inerente dimensão linguística (v. artigo 4.º, n.º 2, TUE)

II

Aspectos principais a considerar:

- Artigo 2.º TUE
- Noção de Estado de direito
- “União de direito” – de base jurisprudencial e principais corolários
- Tutela bidimensional: contra alegadas violações cometidas pelos Estados-membros e cometidas pelo decisor da União
- Mecanismos judiciais de garantia, em particular:
 - Artigo 19.º TUE
 - Jurisdição obrigatória e exclusiva do TJUE (v. tb. Artigo 344.º TFUE)
 - Acção por incumprimento (v. artigos 258.º - 260.º TFUE)
 - Recurso de anulação (v. artigo 263.º TFUE)
 - Competência dos tribunais nacionais
 - Artigo 267.º TFUE – mecanismo de diálogo “juiz a juiz”
- Mecanismos não judiciais de garantia, em particular:
 - Artigo 7.º TUE (sanções políticas)
 - Regulamento sobre a condicionalidade financeira
 - Iniciativa de cidadania europeia (v. artigo 11.º, n.º 4, TUE)
 - Direito de queixa ao Provedor de Justiça e direito de petição ao PE [v. artigo 20.º, n.º 2, al. d) e artigo 24.º TFUE]